

**LEI Nº 13.428, DE 10 DE ABRIL DE 2023.**

**Autoriza o Executivo Municipal a contratar Auxiliares de Farmácia, Biomédico, Enfermeiros, Farmacêuticos, Médicos Especialistas e Técnicos em Enfermagem, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) durante a Operação Inverno de 2023.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público durante a Operação Inverno de 2023, nos termos do inc. IX do art. 37 da Constituição Federal, do inc. II do art. 17 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e dos incs. II e IV do art. 2º da Lei nº 7.770, de 19 de janeiro de 1996, e alterações posteriores:

I – para atuarem no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV):

- a) 4 (quatro) Enfermeiros, até 40 (quarenta) horas semanais;
- b) 12 (doze) Técnicos em Enfermagem, até 40 (quarenta) horas semanais; e
- c) 6 (seis) Médicos Especialistas – Pediatria, até 20 (vinte) horas semanais;

II – para atuarem no Hospital de Pronto Socorro (HPS):

- a) 19 (dezenove) Enfermeiros, até 40 (quarenta) horas semanais;
- b) 51 (cinquenta e um) Técnicos em Enfermagem, até 40 (quarenta) horas semanais;
- e
- c) 1 (um) Biomédico, até 40 (quarenta) horas semanais, para o Laboratório HPS;

III – para atuarem no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (DAHU/PACS):

- a) 6 (seis) Enfermeiros, até 40 (quarenta) horas semanais; e

b) 20 (vinte) Técnicos em Enfermagem, até 40 (quarenta) horas semanais; e

IV – para atuarem na Atenção Primária e Farmácias Distritais:

a) 4 (quatro) Enfermeiros, até 40 (quarenta) horas semanais;

b) 4 (quatro) Farmacêuticos, até 40 (quarenta) horas semanais; e

c) 21 (vinte e um) Auxiliares de Farmácia, até 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Para efeitos desta Lei, o excepcional interesse público e a necessidade temporária das contratações ficam caracterizados pelo expressivo aumento da demanda por atendimento nos hospitais e unidades de saúde no período do inverno.

§ 2º As contratações previstas neste artigo vigorarão pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, sem prorrogação.

§ 3º A contratação de profissionais que exerçam cargos acumuláveis constitucionalmente fica condicionada ao cumprimento de carga horária total máxima de 70 (setenta) horas semanais e à compatibilidade horária.

§ 4º No caso de rescisão antecipada do contrato, a pedido do contratado ou a critério da Administração, fica o Município autorizado a realizar a substituição, mediante solicitação do titular da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), ficando o novo contrato válido pelo período faltante ao cumprimento do contrato inicial de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da contratação, correndo as despesas à conta das dotações orçamentárias próprias.

§ 5º As funções temporárias elencadas neste artigo possuem atribuições idênticas às dos cargos efetivos correspondentes previstos na letra “b” do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988.

**Art. 2º** O contrato firmado nos termos desta Lei terá natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

I – remuneração composta de:

a) valor equivalente ao vencimento básico inicial (VB) do cargo efetivo constante na Lei nº 6.309, de 1988, correspondente à função para a qual contratado;

b) gratificação de 110% (cento e dez por cento) sobre o VB, se lotado em Hospital ou Pronto Atendimento, gratificações de 25% (vinte e cinco por cento) e de 50% (cinquenta por cento), ambas sobre o VB, se lotado em Farmácia Distrital ou Unidades de Saúde subordinadas à Diretoria de Atenção Primária, ou gratificação de 100% (cem por cento) sobre VB se lotado na

sede, nos termos dos arts. 71 e 72 da Lei nº 6.309, de 1988, e dos arts. 1º e 3º da Lei nº 11.140, de 14 de outubro de 2011; e

c) adicional de insalubridade, conforme as atividades realizadas e laudo técnico oficial, expedido pela área competente, de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o VB, nos termos do art. 61 da Lei nº 6.309, de 1988;

II – adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o valor da hora normal diurna, se convocado para serviço noturno, nos termos do art. 57 da Lei nº 6.309, de 1988;

III – vale-transporte, mediante solicitação, nos termos da Lei nº 5.595, de 4 de julho de 1985;

IV – vale-alimentação, nos termos da Lei nº 7.532, de 25 de outubro de 1994;

V – férias e gratificação natalina, proporcionais ao período da contratação, ao término do contrato; e

VI – inscrição no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

**Parágrafo único.** Para atendimento de necessidade da Administração, os contratados poderão ser convocados para cumprir Regime Especial de Trabalho de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico inicial, nos termos do art. 37 da Lei nº 6.309, de 1988.

**Art. 3º** As contratações de que trata esta Lei serão realizadas:

I – prioritariamente, mediante chamamento público dos selecionados em concurso público em validade, observada a ordem de classificação; e

II – subsidiariamente, mediante a realização de processo seletivo simplificado, quando não houver concurso público em validade para o cargo, ou quando o número de candidatos habilitados no concurso não seja suficiente para atender aos quantitativos referidos nos incisos I a IV do *caput* do art. 1º desta Lei.

§ 1º No caso de que trata o inc. II do *caput* deste artigo, fica autorizada a isenção de taxa de inscrição a todos os candidatos.

§ 2º O processo seletivo simplificado e o chamamento público sujeitam-se à ampla divulgação no sítio eletrônico do Executivo Municipal e no Diário Oficial Eletrônico de Porto Alegre (DOPA-e).

**Art. 4º** O contratado deverá realizar exames admissionais e a aptidão nos exames é obrigatória para a sua admissão.

**Art. 5º** Os contratados nos termos desta Lei não poderão:

I – receber funções ou encargos não previstos no respectivo ato de admissão; ou

II – ser nomeados ou designados, ainda que em título precário ou em substituição, para o exercício de Cargo em Comissão ou Função Gratificada.

**Art. 6º** Aplicam-se aos contratados nos termos desta Lei os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, e alterações posteriores:

I – os incs. I, II, III, VI e XIV e as als. *b, c, d, e, h e i*, do inc. XVI do art. 76;

II – as als. *a, b e f* do inc. V do art. 110;

III – os incs. I, III, IV e X do art. 141;

IV – do art. 184 ao art. 190; e

V – do art. 196 ao art. 202.

**Art. 7º** O ato de admissão expedido de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito a indenização:

I – pelo término de seu prazo;

II – por iniciativa do contratado admitido; ou

III – por iniciativa da Administração Pública.

§ 1º O pedido de extinção do ato de admissão com base na hipótese do inc. II do *caput* deste artigo deverá ser expresso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º A inobservância do disposto no § 1º deste artigo implica desconto do valor correspondente aos 30 (trinta) últimos dias trabalhados, podendo o desconto recair sobre férias e gratificação natalina eventualmente devida.

§ 3º A extinção do ato por iniciativa da Administração Pública, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento de indenização correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor resultante da multiplicação da última remuneração pelo número de meses que completariam o prazo final estabelecido no ato de admissão.

**Art. 8º** Findo o prazo de eficácia do ato de admissão por quaisquer hipóteses previstas nesta Lei, será pago ao contratado:

I – a título de férias, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor da remuneração devida no último mês do exercício por mês de efetividade, acrescido do terço constitucional; e

II – gratificação natalina correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor da remuneração devida no último mês do exercício por mês de efetividade.

**Parágrafo único.** Para fins de pagamento dos valores estabelecidos no *caput* deste artigo, serão considerados os períodos superiores a 15 (quinze) dias.

**Art. 9º** Será concedida ao contratado admitido nos termos desta Lei uma gratificação natalina correspondente à sua remuneração mensal.

**§ 1º** A gratificação natalina corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de efetivo exercício.

**§ 2º** Para fins de pagamento dos valores estabelecidos no *caput* deste artigo, serão considerados os períodos superiores a 15 (quinze dias).

**Art. 10.** Os contratados nos termos desta Lei estarão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133, de 1985, e alterações posteriores, no que couber.

**Art. 11.** Fica vedada a contratação, para as funções públicas de que trata esta Lei, de pessoas:

I – gestantes; e

II – lactantes.

**Art. 12.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 10 de abril de 2023.

Sebastião Melo,  
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Roberto Silva da Rocha,  
Procurador-Geral do Município.